

7.5.1. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de chave pix indicada pelo fornecedor, desde que a conta para pagamento esteja em nome da empresa contratada, ou através de boleto/fatura emitido por este.

7.5.2. Na impossibilidade de pagamento via chave pix ou boleto/fatura, o valor poderá ser transferido para conta bancária, desde que a mesma esteja em nome da empresa contratada.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

8.1.2. O regime de execução do objeto será empreitada por preço **(global)**.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.3. Habilitação jurídica

8.1.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.3.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.3.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.3.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária :** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.3.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764,

de 16 de dezembro 1971.

8.1.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.1.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.1.5. Qualificação Econômico-Financeira

8.1.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.1.6. Qualificação Técnica

8.1.6.1. Registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) , da empresa e do responsável técnico pelos serviços, comprovando atividade relacionada com o objeto da contratação, em plena validade;

8.1.6.2. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.1.6.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.1.6.3. Prestação de serviços de contabilidade, nas áreas fiscal, trabalhista e previdenciária em órgãos públicos;

8.1.6.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.1.6.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.1.6.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.6.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.1.6.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.1.6.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.1.6.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.1.6.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.1.6.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.1.6.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.1.6.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.1.6.7.8. Modelo de gestão operacional, conforme art. 10, § 1º, da IN SEGES/ME nº 05/2017.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$xxxxxx (xxxxxxxxxxx), sendo R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para subitem 1 e R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para subitem 2, conforme demonstrado na tabela abaixo.

9.1.1. Ressalta-se que o valor foi apurado a partir da Pesquisa de Preços e consolidado no respectivo Mapa Comparativo de Preços, em conformidade com o disposto no inciso XXIII, alínea “i”, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

ITEM 01

OBJETO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
Área Fiscal, Trabalhista e Previdenciária	12	R\$	R\$
PREÇO GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O ITEM			

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRCES.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: Projeto 5001 - Serviços Administrativos - Rubrica Contábil: 6.3.1.3.02.01.002 – Serviços de Assessoria e Consultoria.

Vanessa Covre Rangel Marques
Coordenadora Operacional

Aprovo o Termo de Referência.

Encaminhe-se para as providências necessárias para a seleção do fornecedor, cumprindo as demais etapas legais para a contratação pública.

Contador **Walterleno Maifrede Noronha**
Presidente

CRCES - Compras

De: HF Processos <processos@hfacontabil.com.br>
Enviado em: terça-feira, 16 de dezembro de 2025 14:18
Para: CRCES - Compras
Cc: contato@hfacontabil.com.br
Assunto: Re: Solicitação de Orçamento – Serviços de Contabilidade
Anexos: Termo de Referencia (1).pdf

Boa tarde

Segue anexo

Grato

Atenciosamente,
Anderson Herbert



Dpto. Financeiro e Contratos / Ramal 205
fone: 67 3325-9556
cel/whats: 67 9 9306-5111
Rua dos Vendas 153, Vila Antonio Vendas
Campo Grande - MS | CEP: 79.003-040
WWW.HFACONTABIL.COM.BR



Em 11/12/2025 08:20, CRCES - Compras escreveu:

Bom dia, prezado(a),

Venho solicitar novamente o envio do orçamento, considerando que **realizamos algumas alterações no Termo de Referência** para aprimorar a descrição dos serviços necessários à contratação de empresa especializada nas áreas **fiscal, trabalhista e previdenciária** para o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRCES).

Para **melhor compreensão** das demandas e especificações técnicas, encaminhamos em anexo o **Termo de Referência** da contratação.

Solicito, por gentileza, que informem o **valor unitário** e o **valor total** de cada item, conforme a tabela a seguir:

ITEM 1		
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Contratação de empresa para prestação de serviços nas áreas	R\$	R\$

Fiscal, trabalhista e previdenciária para o CRCES.		
--	--	--

VALOR TOTAL		
--------------------	--	--

3.1.1 Área Fiscal

A contratada deverá realizar, de forma sistematizada e dentro dos prazos legais:

Escrituração e conferência das notas fiscais de entrada e saída;

Apuração dos tributos devidos e geração das respectivas guias de recolhimento;

Elaboração, conferência e transmissão das obrigações acessórias pertinentes (ex.: DCTF, EFD, EFD-Contribuições, entre outras);

Prestação de suporte técnico em casos de fiscalizações, notificações ou demandas de órgãos de controle.

3.1.2 Área Trabalhista

A empresa contratada deverá assegurar a execução precisa e tempestiva das rotinas trabalhistas, incluindo:

Processamento mensal da folha de pagamento de empregados e estagiários;

Cálculo e emissão das guias de encargos sociais e trabalhistas (FGTS, INSS, IRRF, etc.);

Cumprimento de obrigações acessórias relacionadas (eSocial, RAIS, DIRF, entre outras);

Prestação de orientações técnicas quanto à aplicação da legislação trabalhista vigente.

3.1.3 Área Previdenciária

A contratada deverá garantir suporte especializado e execução das demandas previdenciárias, compreendendo:

Orientação e suporte sobre contribuições previdenciárias;

Elaboração e entrega de obrigações acessórias vinculadas à Previdência Social (GFIP/eSocial);

Apoio técnico em fiscalizações, autos de infração e demais demandas relacionadas ao INSS.

Prazo para envio do orçamento: até **01 (um) dia útil** a contar do recebimento deste e-mail.

Importante: Informar o **CNPJ da empresa** responsável pelo orçamento.

O **CRCES** é reconhecido como um contratante responsável e comprometido com a **boa administração pública**, destacando-se pela **transparência e eficiência** em suas contratações.

As aquisições são realizadas por **dispensa de licitação ou pregão eletrônico**, por meio do portal oficial:

www.gov.br/compras

Para participação, é indispensável que a empresa esteja **previamente cadastrada** no **Portal de Compras** e no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

Os **editais e avisos de contratação direta** também são divulgados em nosso site institucional:

<https://crc-es.org.br/novas-licitacoes>

Contamos com sua participação e reforçamos que o **CRCES valoriza parcerias com fornecedores comprometidos com qualidade, ética e responsabilidade.**

Atenciosamente,

Maria Eduarda Storch

Administrativo - Compras

compras@crc-es.org.br / <https://crc-es.org.br>

Tel: + 55 (27) 3232-1634

 Rua Amélia da Cunha Ornelas, N 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

 Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece



CRCES - Compras

De: gerencial@gerencial.srv.br
Enviado em: quinta-feira, 11 de dezembro de 2025 11:00
Para: CRCES - Compras
Assunto: RES: Solicitação de Orçamento - Serviços de Contabilidade

Bom dia!

Prezados, Segue valor total conforme solicitado.

ITEM 1		
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Contratação de empresa para prestação de serviços nas áreas Fiscal, trabalhista e previdenciária para o CRCES.	R\$ 16.600,00	R\$ 199.200,00

Agradecemos a atenção e compreensão e nos colocamos a disposição!



GERENCIAL
CONTABILIDADE

De: CRCES - Compras <compras@crc-es.org.br>
Enviada em: quinta-feira, 11 de dezembro de 2025 09:21
Para: gerencial@gerencial.srv.br
Assunto: Solicitação de Orçamento – Serviços de Contabilidade

Bom dia, prezado(a),

Venho solicitar novamente o envio do orçamento, considerando que **realizamos algumas alterações no Termo de Referência** para aprimorar a descrição dos serviços necessários à contratação de empresa especializada nas áreas **fiscal, trabalhista e previdenciária** para o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRCES).

Para **melhor compreensão** das demandas e especificações técnicas, encaminhamos em anexo o **Termo de Referência** da contratação.

Solicito, por gentileza, que informem o **valor unitário** e o **valor total** de cada item, conforme a tabela a seguir:

ITEM 1		
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Contratação de empresa para prestação de serviços nas áreas Fiscal, trabalhista e previdenciária para o CRCES.		
VALOR TOTAL		

3.1.1 Área Fiscal

A contratada deverá realizar, de forma sistematizada e dentro dos prazos legais:

Escrituração e conferência das notas fiscais de entrada e saída;

Apuração dos tributos devidos e geração das respectivas guias de recolhimento;

Elaboração, conferência e transmissão das obrigações acessórias pertinentes (ex.: DCTF, EFD, EFD-Contribuições, entre outras);

Prestação de suporte técnico em casos de fiscalizações, notificações ou demandas de órgãos de controle.

3.1.2 Área Trabalhista

A empresa contratada deverá assegurar a execução precisa e tempestiva das rotinas trabalhistas, incluindo:

Processamento mensal da folha de pagamento de empregados e estagiários;

Cálculo e emissão das guias de encargos sociais e trabalhistas (FGTS, INSS, IRRF, etc.);

Cumprimento de obrigações acessórias relacionadas (eSocial, RAIS, DIRF, entre outras);

Prestação de orientações técnicas quanto à aplicação da legislação trabalhista vigente.

3.1.3 Área Previdenciária

A contratada deverá garantir suporte especializado e execução das demandas previdenciárias, compreendendo:

Orientação e suporte sobre contribuições previdenciárias;

Elaboração e entrega de obrigações acessórias vinculadas à Previdência Social (GFIP/eSocial);

Apoio técnico em fiscalizações, autos de infração e demais demandas relacionadas ao INSS.

Prazo para envio do orçamento: até **01 (um) dia útil** a contar do recebimento deste e-mail.

Importante: Informar o **CNPJ da empresa** responsável pelo orçamento.

O **CRCES** é reconhecido como um contratante responsável e comprometido com a **boa administração pública**, destacando-se pela **transparência e eficiência** em suas contratações. As aquisições são realizadas por **dispensa de licitação ou pregão eletrônico**, por meio do portal oficial:

www.gov.br/compras

Para participação, é indispensável que a empresa esteja **previamente cadastrada** no **Portal de Compras** e no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

Os **editais** e **avisos de contratação direta** também são divulgados em nosso site institucional:

<https://crc-es.org.br/novas-licitacoes>

Contamos com sua participação e reforçamos que o **CRCES valoriza parcerias com fornecedores comprometidos com qualidade, ética e responsabilidade**.

Atenciosamente,



Maria Eduarda Storch

Administrativo - Compras

compras@crc-es.org.br / <https://crc-es.org.br>

Tel: + 55 (27) 3232-1634

 Rua Amélia da Cunha Ornelas, N 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

 Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece



CONTRATOS
INCOMPATÍVEIS



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
PROC. ADM. nº 04/2025
Dispensa de Licitação nº 04/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA E A EMPRESA VALTER LAURENTE LTDA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA - SP, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

A Câmara Municipal de Igarapava, Estado de São Paulo, com sede na Praça João Gomes da Silva, nº 548, na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo., inscrita no CNPJ sob o nº 60.243.409/0001-60, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. Presidente, CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) VALTER LAURENTE LTDA inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº 49.221.206/0001-30, sediada(a) na Rua Luís de Almeida Lima, nº 22, Jardim Beatriz, cidade de Igarapava - SP, CEP: 14.540-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Valter Laurente (sócio administrador), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 04/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 04/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA - SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CAT/MAT/SERV	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR MENSA	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	841	Serviço	12 meses	R\$ 3.990,00	R\$ 47.880,00
VALOR TOTAL					R\$ 47.880,00	

Página 1 de 24

Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

Telefone: (16) 3172-1023

E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 A Proposta do contratado;

1.2.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O Prazo da vigência da contratação é 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.¹

2.1.1 O presente contrato poderá ser prorrogado.

2.1.1.1 Para que a prorrogação do contrato seja efetivada, a Administração deverá:

a) Justificar, de maneira formal, a necessidade da prorrogação, incluindo a manutenção da economicidade e o cumprimento adequado das obrigações contratuais.

b) Realizar estudos de impacto financeiro, especialmente em casos de ajustes nos valores contratuais, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto no art. 89 a 92 da Lei nº 14.133/2021².

¹ Art. 105, Lei nº 14.133/2021. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observados, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

² Art. 89, Lei nº 14.133/2021. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

§ 6º A regra do § 5º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 7º Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

§ 8º Na situação de que trata o § 7º deste artigo, é autorizado o aproveitamento, em favor da nova contratada, de eventual saldo a liquidar inscrito em despesas empenhadas ou em restos a pagar não processados. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 9º Se frustradas as providências dos §§ 2º e 4º, o saldo de que trata o § 8º deste artigo poderá ser computado como efetiva disponibilidade para nova licitação, desde que identificada vantajosidade para a administração pública e mantido o objeto programado. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 1º Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

§ 2º Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 3º Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

Página 3 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
- II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
- III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§ 2º De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

- I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
- II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 5º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

§ 6º Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei.

§ 7º Para efeito do disposto nesta Lei, consideram-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra ou a entrega do bem, ou parcela destes, bem como qualquer outro evento

Página 4 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraigarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

c) Verificar a regularidade da empresa contratada, especialmente no que tange à documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela legislação vigente.

2.1.1.2 A prorrogação poderá ocorrer por períodos sucessivos, desde que cada prorrogação seja devidamente justificada e atenda aos seguintes critérios:

a) A continuidade dos serviços deve ser indispensável para a Administração.

b) A empresa contratada deverá estar em conformidade com todas as obrigações contratuais, legais e regulamentares.

c) A prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021³, após aprovação da autoridade competente.

2.1.1.3 Nos termos do art. 105, inciso I, da Lei nº 14.133/2021⁴, o prazo máximo de vigência do contrato, incluídas as prorrogações, não poderá exceder cinco anos, salvo nos casos de serviços que, pela sua natureza, sejam imprescindíveis à Administração e cuja interrupção possa acarretar prejuízo significativo ao interesse público. Para esses casos excepcionais, poderão ser aplicados prazos superiores, desde que justificados e aprovados pela autoridade competente.

2.1.1.4 Toda e qualquer prorrogação do contrato deverá ser formalizada mediante termo aditivo, elaborado com antecedência mínima de 30 dias do término da vigência do contrato, após aprovação do responsável pela fiscalização e da autoridade competente.

2.1.2 Os preços são fixos e reajustáveis no prazo de um ano.

2.1.2.1 Na ocorrência de prazo superior a um ano, o preço poderá ser reajustado com a data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com as possibilidades previstas na Lei nº 14.133/2021, pelo índice IPCA-IBGE, conforme previsão do Art. 25, §7º e 92, §3º da Lei nº 14.133/2021⁵.

contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³ Art. 107, Lei nº 14.133/2021. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

⁴ VIDE NOTA 17.

⁵ Art. 25, Lei 14.133/2021. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

[...]

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Art. 92, Lei 14.133/2021. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

[...]

Página 5 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

3.2 A execução dos serviços será mensal, conforme solicitação de fornecimento / serviço pelo contratado.

3.3 A solicitação de fornecimento / serviço especificará os itens, quantidades e a respectiva unidade de medida, no prazo determinado para execução do objeto.

3.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.5 A prestação dos serviços será híbrida (presencial e remota) e mensal, sendo que o comparecimento mensal será de no mínimo 02 (duas) visitas mensais pelo período mínimo de 04 horas. A execução dos serviços mensais será imediata após o recebimento da ordem de serviço pelo contratado.

3.5.1 Suporte remoto contínuo via e-mail, telefone, aplicativo de mensagens instantâneas e acesso remoto a sistemas, disponível de segunda a sexta-feira, em horário comercial;

3.5.2 A prestação de serviços, quando não remota, serão realizados no endereço sede da Câmara Municipal de Igarapava, sito à Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, horário de expediente das 08h às 11h e 13h às 16h.

3.6 A prestação de serviços pela contratada serão recebidos provisoriamente no momento de sua execução, mediante acompanhamento pelo responsável pela fiscalização contratual. Nesse ato, será verificada a conformidade dos serviços com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada. O recebimento provisório visa garantir a execução adequada dos serviços, sem prejuízo de posterior análise técnica mais aprofundada.

3.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações e constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.8 Caso os serviços sejam rejeitados, total ou parcialmente, em virtude de desconformidades com as especificações técnicas, a empresa contratada será notificada para proceder com as correções necessárias, sem ônus adicional para a Administração. O prazo para a correção será estabelecido pelo fiscal do contrato, de acordo com a gravidade e a urgência das correções necessárias

3.9 O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a verificação da qualidade e

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; [...]

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm

Página 6 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

conformidade dos serviços entregues, sendo formalizado mediante um termo detalhado de aceitação emitido pelo fiscal do contrato. Durante esse período, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os serviços que estejam em desacordo com as especificações contratuais, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.10 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133 de 2021⁶, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias.

3.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133 de 2021⁷, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

3.12 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.14 O recebimento provisório e definitivo obedecerá aos regramentos do artigo 37 da Resolução nº 06/2023⁸ da

⁶ Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114133.htm

⁷ Art. 143, Lei nº 14.133/2021. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114133.htm

⁸ Art. 37, Resolução Privativa nº 06/2023. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15(quinze) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, contratos da comunicação escrita do contratado, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, mediante termo detalhado, pelo responsável pela gestão do contrato, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II – em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumárias, em até 15(quinze) dias, contados do recebimento, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com exigências contratuais;

Página 7 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraigarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Igarapava – SP.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$47.880,00 (quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. DO PAGAMENTO

6.1 O prazo para liquidação e pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2 A medição, recebimento provisório e definitivo encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.3 No caso de atraso de pagamento pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice da Taxa Selic de correção monetária.

7. DO REAJUSTE

7.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

7.2 A presente contratação poderá ter o preço reajustado com a data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com as possibilidades previstas na Lei nº 14.133/2021, pelo índice IPCA-IBGE, conforme previsão do

b) definitivamente, mediante termo detalhado, em até 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo responsável pela sua gestão, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

§ 1º O edital ou instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis a Câmara Municipal.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Disponível

em:

https://sapl.igarapava.sp.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/1346/resolucao_privativa_006.2023.leg.pdf

Página 8 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

Art. 25, §7º e 92, §3º¹⁰ da Lei nº 14.133/2021

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Igarapava - SP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9 Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por até 01 (um) mês, em conformidade com art. 123 da Lei nº 14.133/2021¹¹ e

⁹ Art. 25, Lei 14.133/2021. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

[...]

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

¹⁰ Art. 92, Lei 14.133/2021. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

[...]

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

[...]

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm

¹¹ Art. 123, Lei 14.133/2021. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratados regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

art. 26 da Resolução Privativa nº 07/2023¹² da Câmara Municipal de Igarapava.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada, por até 01 (um) mês, em conformidade com art. 123 da Lei nº 14.133/2021¹³ e art. 26 da Resolução Privativa nº 07/2023¹⁴ da Câmara Municipal de Igarapava

8.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;

9.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 01 (uma) hora que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133 de 2021)¹⁵ e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Parágrafo único. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 01 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

¹² Art. 26, Resolução Privativa nº 07/2023. As decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a execução dos contratos, ressalvadas aquelas manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, deverão ser efetuadas em até 15 (quinze) dias contados da instrução do requerimento, podendo ser prorrogadas por até 01(um) mês, quando necessário, mediante justificativa.

Parágrafo único. As decisões de que trata o caput serão tomadas pelos fiscais do contrato, gestor ou autoridade superior, nos limites de suas competências.

Disponível em:

https://sapl.igarapava.sp.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/1347/resolucao_privativa_007.2023.leg.pdf

¹³ Vide Nota 7.

¹⁴ Vide Nota 8.

¹⁵ Art. 137, Lei 14.133/2021. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados e contraditório e ampla defesa, as seguintes situações:

[...]

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Página 10 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021¹⁶);

9.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133 de 2021¹⁷);

9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 de 2021¹⁸.

¹⁶ Art. 116, Lei 14.133/2021. Ao longo de toda execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para menor aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo Único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar cumprimento da reserva de cargos a que se refere o **caput** deste artigo, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

¹⁷ Vide Nota 12.

¹⁸ Art. 124, Lei 14.133/2021. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

10. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.84 de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133 de 2021)¹⁹;

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm

¹⁹ Art. 156, Lei 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

Página 12 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

II - Multa, Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Página 13 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021²⁰.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133 de 2021)²¹;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133 de 2021)²²;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133 de 2021)²³.

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133 de 2021)²⁴.

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado

²⁰ Art. 155. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I- dar causa à inexecução parcial do contrato;
II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III- dar causa à inexecução total do contrato;
IV- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar o fraudulento na execução do contrato;
X- comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/14133.htm

²¹ Vide Nota 15.

²² Vide Nota 15.

²³ Vide Nota 15.

²⁴ Vide Nota 15.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)²⁵.

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021)²⁶.

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021²⁷, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133 de 2021)²⁸:

a). a natureza e a gravidade da infração cometida;

²⁵ Art. 157, Lei nº 14.133/2021. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

²⁶ Vide Nota 15.

²⁷ Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

²⁸ Vide Nota 15.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133 de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no Art. 159 da Lei nº 14.133/2021²⁹.

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133 de 2021)³⁰.

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133 de 2021)³¹.

²⁹ Art. 159, Lei nº 14.133/2021. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³⁰ Art. 160, Lei 14.133/2021. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utiliza com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previsto neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, em nesse caso, todos os efeitos da sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³¹ Art. 161, Lei nº 14.133/2021. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação as sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de Publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo Único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III, IV do **caput** do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Página 16 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21³².

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21³³, bem como amigavelmente, assegurados o

³² Art. 163, Lei 14.133/2021. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³³ Art. 137, Lei 14.133/2021. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

Página 17 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

contraditório e a ampla defesa.

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³³ Art. 138, Lei 14.133/2021. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Página 18 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

12.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138³⁴ e 139³⁵ da Lei nº 14.133/2021.

12.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

³⁴ Art. 138, Lei 14.133/2021. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³⁵ Art. 139, Lei 14.133/2021. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³⁵ Art. 131, Lei 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Página 19 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

12.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133 de 2021)³⁶.

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133 de 2021)³⁷.

³⁶ Art. 131, Lei 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm

³⁷ Art. 14, Lei 14.133/2021. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Página 20 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Igarapava – SP.

13.2 No presente exercício, a contratação será atendida pelas seguintes dotações:

2 CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

01 LEGISLATIVO

01 01 CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

010110 Corpo Legislativo

01 Legislativa

01 031 Ação Legislativa

01 031 0010 Processo Legislativo

01 031 0010 2001 0000 Manutenção das Atividades Legislativas

08 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2 CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

01 LEGISLATIVO

01 01 CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

010120 Serviços da Secretaria

01 Legislativa

01 031 Ação Legislativa

01 031 0011 Administração Legislativa

01 031 0011 2002 0000 Manutenção da Secretaria da Câmara

018 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

14. DOS CASOS OMISSOS

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do **caput** deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm

Página 21 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 2021 e demais normas aplicáveis.

14.2 A presente contratação regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público e a eles serão aplicados supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privativo.

15. DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021³⁸.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133 de 2021)³⁹.

³⁸ Art. 124, Lei 14.133/2021. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

³⁹ Art. 132, Lei 14.133/2021. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada

Página 22 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021⁴⁰.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133 de 2021⁴¹, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133 de 2021⁴², e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º,

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

⁴⁰ Art. 136, Lei 14.133/2021. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

⁴¹ Art. 94, Lei 14.133/2021. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, sob pena de nulidade.

§ 2º A divulgação de que trata o **caput** deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

§ 3º No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

⁴² Art. 91, Lei nº 14.133/2021. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Página **23** de **24**

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA – SP
PODER LEGISLATIVO

§3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Igarapava, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21⁴³.

CARLOS ROBERTO
RODRIGUES
LIMA [REDACTED]

Assinado de forma digital por
CARLOS ROBERTO RODRIGUES
LIMA [REDACTED]
Dados: 2025.02.26 14:03:18 -03'00'

Igarapava, 26 de fevereiro de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Documento assinado digitalmente
gov.br WALTER LAURENTE
Data: 28/02/2025 14:02:01-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

TESTEMUNHAS:

1 JESSICA DA SILVA
FREITAS [REDACTED] Assinado de forma digital por JESSICA
DA SILVA FREITAS [REDACTED]
Dados: 2025.02.26 14:02:57 -03'00'

2 **gov.br** DANIELA APARECIDA DOS REIS
Data: 28/02/2025 14:05:19-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

§ 1º Será admitida a manutenção em sigilo de contratos e de termos aditivos quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

§ 2º Contratos relativos a direitos reais sobre imóveis serão formalizados por escritura pública lavrada em notas de tabelião, cujo teor deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

§ 3º Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

⁴³ Art. 92, Lei 14.133/2021. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

[...]

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

[...]

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Página 24 de 24

📍 Endereço: Praça João Gomes da Silva, 548, Centro, Igarapava – SP. CEP: 14.540-000.

☎ Telefone: (16) 3172-1023

✉ E-mail: licitacao@igarapava.sp.leg.br / licitacao.camaraignarapava@gmail.com

🌐 Site: www.igarapava.sp.leg.br

CNPJ: 60.243.409/0001-60 – Câmara Municipal de Igarapava

CONTRATO Nº 202502100001
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2025.01.24.1
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.01.24.01

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI E R S ASSESSORIA,
CONSULTORIA E PROJETOS CONTABEIS EIRELI.

O(A) CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI, com sede no(a) Rua Tabelião Chagas Sampaio, 517, CENTRO, Mauriti / CE, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o 12.477.162/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) Roberto Simão da Silva, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) R S ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROJETOS CONTABEIS EIRELI, inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 10.445.871/0001-72, sediado(a) no(a) R GONCALVES DIAS, 68, CENTRO, Várzea Alegre / CE - CEP: 63.540-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) RILDON SALVIANO LIMA, inscrito no CPF nº CPF/MF Nº [REDACTED], tendo em vista o que consta no Processo nº 2025.01.24.01 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2025.01.24.1, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS PRESTADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA AREA FISCAL, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DAS REGULARIDADES JUNTO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS E MINISTERIOS DO TRABALHO E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE INTERESSE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MAURITI/CE., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Aviso de Cntratação Direta.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

RILDON SALVIANO
LIMA [REDACTED] Assinado de forma digital por RILDON SALVIANO LIMA [REDACTED]
Dados: 2025.02.10 13:00:25-03'00'

SEQ	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS PRESTADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA AREA FISCAL, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DAS REGULARIDADES JUNTO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS E MINISTERIOS DO TRABALHO E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE INTERESSE DO POD	serviço	Serviço	11.0	5.700,00	62.700,00

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PRESTADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA FISCAL, COMPREENDENDO O ACOMPANHAMENTO DAS REGULARIDADES JUNTO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, FGTS - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS E MINISTERIOS DO TRABALHO E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE INTERESSE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MAURITI/C

Valor total: 62.700,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 10 de fevereiro de 2025 e encerramento em 06 de janeiro de 2026, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 62.700,00 (sessenta e dois mil, setecentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Câmara Municipal de Mauriti, na classificação abaixo: 0101.01.122.0009.2.003 - Gestão e Manutenção do Poder Legislativo, R\$ 62.700,00 no elemento de despesa 33903900: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Terceiros - pessoa Jurídica;

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2025.01.24.1.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

RILDON SALVIANO
LIMA
Assinado de forma digital por
RILDON SALVIANO
LIMA
Dados: 2025.02.10 13:00:53 -03'00'

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2025.01.24.1.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2025.01.24.1.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Contratação Direta nº 2025.01.24.1.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Contratação Direta nº 2025.01.24.1.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO

RILDON SALVIANO
LIMA

Assinado de forma digital por
RILDON SALVIANO
LIMA
Dados: 2025.02.10 13:01:10 -03'00'



(88) 98173.6594



www.camarademauriti.ce.gov.br



Rua Chagas Sampaio, 517 - Centro, Mauriti - CE
CEP 63.210-000 | CNPJ 12.477.162/0001-02

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Mauriti para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.



Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

MAURITI/CE, 10 de fevereiro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAURITI
CNPJ/MF Nº 12.477.162/0001-02
ROBERTO SIMÃO DA SILVA
Responsável legal da CONTRATANTE

RILDON SALVIANO
LIMA [REDACTED]

Assinado de forma digital por RILDON
SALVIANO LIMA [REDACTED]

Dados: 2025.02.10 13:01:32 -03'00'

R S ASSESSORIA, CONSULTORIA E PROJETOS CONTABEIS EIRELI

CNPJ/MF Nº 10.445.871/0001-72
RILDON SALVIANO LIMA
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____



(88) 98173.6594



www.camarademaauriti.ce.gov.br



Rua Chagas Sampaio, 517 - Centro, Mauriti - CE
CEP 63.210-000 | CNPJ 12.477.162/0001-02

“NÃO USE DROGAS, PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”

PESQUISA DE PREÇOS

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
13/2025	383506	Rascunho	MARIA EDUARDA STORCH MAGALHAES

Título: Áreas contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária

Observações:

Total de itens cotados: 1 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 0,0000

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
760 - Consultoria e assessoria - contábil	UNIDADE	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIAO/RJ - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 102.700.0000	14/12/2025	Não

Id da Compra

38922007000322025

Comprado em

14/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Prestação de serviços contábeis

Esfera

Federal

UASG

389220

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

AMARAL CONTABILIDADE E AUDITORIA CLASSISTA SOCIEDADE SIMPLES

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

CONSULTORIA E ASSESSORIA - CONTÁBIL CONSULTORIA E ASSESSORIA - CONTÁBIL

Locais de Entrega

UF / Município

RJ/Rio de Janeiro

Logradouro

AV. GRAÇA ARANHA, 145 SALAS 403/806/807/808

CEP

20040007

Quantidade

1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS - RS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 79.200.0000	11/12/2025	Não

Id da Compra

92769807000212025

Comprado em

11/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria contábil.

Esfera

Federal

UASG

927698

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

MAIER CONTABILIDADE E AUDITORIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Consultoria e assessoria - contábil

Locais de Entrega

UF / Município

RS/Porto Alegre

Logradouro

Avenida Borges de Medeiros

CEP

90020020

Quantidade

1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 61.500.0000	11/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98052307000922025	11/12/2025	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NA CORREÇÃO, UNIFICAÇÃO E GERAÇÃO DOS ARQUIVOS GFIPS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS DOS ANOS DE 2017 A 2020, JUNTAMENTE COM A UNIFICAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS DOS ANOS DE 2017 A 2020 PARA EXECUÇÃO DA SEFIP – SISTEMA EMPRESA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	980523	SISPP	Inexigibilidade

Fornecedor
CONCAUC CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Serviços de assessoria e consultoria especializada na correção, unificação e geração dos arquivos GFIPS da Prefeitura Municipal de Salinópolis dos anos de 2017 a 2020, juntamente com a unificação dos bancos de dados dos anos de 2017 a 2020 para execução da SEFIP- Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social.

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
PA/Salinópolis	Salinópolis	68721000	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 3ª REGIÃO-GO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 10.000,0000	10/12/2025	Não

Id da Compra

38911107000092025

Comprado em

10/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de serviços técnicos especializados de contabilidade, reconhecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/1946, para execução das atividades de escrituração contábil, elaboração de balancetes, balanços, orçamentos, prestações de contas e assessoramento contábil-financeiro, em conformidade com as normas aplicáveis ao setor público, especialmente as Portarias STN nº 749/2009, nº 751/2009 e nº 406/2011, bem como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas-CFC

Esfera

Federal

UASG

389111

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

PAULO YASSUO KOIKE

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Consultoria e assessoria - contábil

Locais de Entrega

UF / Município

GO/Goiania

Logradouro

Rua 112

CEP

74085150

Quantidade

1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras. gov.br	12	UNIDADE	R\$ 8.000.0000	10/12/2025	Não

Id da Compra

98641107002542025

Comprado em

10/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO DE TREINAMENTO, ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS".

Esfera

Estadual

UASG

986411

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

EDILSON PEREIRA DE GODOY LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e Assessoria - Contábil Consultoria e Assessoria - Contábil

Locais de Entrega

UF / Município

SP/Fernandópolis

Logradouro

Avenida Porto Alegre

CEP

15610024

Quantidade

12

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	CÂMARA MUNICIPAL DE CATENDE /PE - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 5.000,0000	08/12/2025	Não

Id da Compra

93337506000102025

Comprado em

08/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Controle Interno, visando à otimização da gestão e à promoção da transparência, incluindo a implementação de políticas e procedimentos internos, a análise de conformidade com a legislação vigente e a capacitação dos servidores nas práticas de controle interno, pelo prazo de 12 meses.

Esfera

Municipal

UASG

933375

Forma

SISPP

Modalidade

Dispensa

Fornecedor

EMERSON RODRIGO BARBOSA DA SILVA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Consultoria e assessoria - contábil

Locais de Entrega

UF / Município

PE/Catende

Logradouro

Catende

CEP

55400000

Quantidade

12

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - RO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 12.000,0000	04/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38947406000272025	04/12/2025	1	contratação de empresa especializada para Elaboração De Relatório de Gestão do Exercício 2025 do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, com base nas normativas do TCU

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389474	SISPP	Dispensa

Fornecedor

IGOR SIMOES BARBOSA AUDITORIA E CONTABILIDADE LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e Assessoria - Contábil Consultoria e Assessoria - Contábil

Locais de Entrega

UF / Município	Logradouro	CEP	Quantidade
RO/Porto Velho	Rua Duque Caxias	76801170	1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 86.400,0000	02/12/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98672703990302025	02/12/2025	1	Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil aplicada ao setor público

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	986727	SISPP	Concorrência

Fornecedor

JOSE ROBERTO SPINELLI LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Técnica e Preço

Descrição Detalhada

Contratação de empresa para a prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil aplicada ao setor público, nos termos contidos no Edital nº 137 /2025.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	CONSELHO REG CORRETORES DE IMOVEIS 21ª REGIAO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 60.000,0000	01/12/2025	Não

Id da Compra

38931507000072025

Comprado em

01/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de empresa administrativa/financeira para a prestação de serviços de assessoria para realização de Auditoria Financeira ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba - CRECI/PB.

Esfera

Federal

UASG

389315

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

CONTROL MAIS GESTAO EMPRESARIAL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Consultoria e assessoria - contábil

Locais de Entrega

UF / Município

PB/ João Pessoa

Logradouro

Avenida Almirante Barroso

CEP

58013120

Quantidade

1

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 6ª - PE - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 14.650.0000	01/12/2025	Não

Id da Compra

38922207000022024

Comprado em

01/12/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Contratação de serviços continuados de consultoria e assessoria técnica contábil para o setor público, incluindo a elaboração de folha de pagamento, para o CRN-6, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Esfera

Federal

UASG

389222

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

MARCIO HENRIQUE BARBOSA MACIEL DE SOUSA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e Assessoria - Contábil Contratação de serviços continuados de consultoria e assessoria técnica contábil para o setor público, incluindo a elaboração de folha de pagamento, para o CRN-6.

Locais de Entrega

UF / Município

PE/Recife

Logradouro

Rua Senador José Henrique

CEP

50070460

Quantidade

60

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 13.200.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	21	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
MOORE METRI CONSULTORIA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DE SANTA CATARINA - SC - FLORIANÓPOLIS - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 15.000,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	20	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
MOORE METRI CONSULTORIA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO PARANÁ - PR - CURITIBA - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 38.500.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	19	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DE MINAS GERAIS - MG - BELO HORIZONTE - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 90.000,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	18	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES - VITÓRIA - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 52.500.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	17	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO MATO GROSSO - MT - CUIABÁ - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 52.500.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	16	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - MS - CAMPO GRANDE - OBS:O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 104.000.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	15	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO GOIÁS - GO - GOIÂNIA - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 26.949,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	14	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DA BAHIA - BA - SALVADOR - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 26.499,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	13	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DE SERGIPE - SE - ARACAJU - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 61.500.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN - NATAL - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 65.100.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO PIAUÍ - PI - TERESINA - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 54.499,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência. Anexo A do Edital - ESTADO DO PERNAMBUCO - PE - RECIFE - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 81.499.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	9	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência. Anexo A do Edital - ESTADO DA PARAÍBA - PB - JOÃO PESSOA - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 42.099,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	8	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência. Anexo A do Edital - ESTADO DO MARANHÃO - MA - SÃO LUIS - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 44.499,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	7	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DE ALAGOAS - AL - MACEIÓ - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 89.300,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	6	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO TOCANTIS - TO - PALMAS. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 109.202.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência. Anexo A do Edital - ESTADO DE RORAIMA - RR - BOA VISTA - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 92.150.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DE RONDÔNIA - RO - PORTO VELHO - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 100.500.0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, Anexo A do Edital - ESTADO DO AMAPÁ - AP - MACAPÁ - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 119.400,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92515005900162025

27/11/2025

2

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera

Federal

UASG

925150

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência. Anexo A do Edital - ESTADO DO AMAZONAS - AM - MANAUS - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	MINISTERIO DAS COMUNICACOES - MINC - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 109.500,0000	27/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92515005900162025	27/11/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de escritório empresarial, com serviço de mensageria e recepção, em 21 (vinte e um) estados da federação, conforme condições constantes do Termo de Referência e seus Anexos. OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	925150	SISPP	Pregão

Fornecedor
BLS COMPANY ASSESSORIA CONTABIL LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de Locação de Escritório Empresarial, com serviço de mensageria e recepção, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência. Anexo A do Edital - ESTADO DO ACRE - AC - RIO BRANCO - OBS: O valor da proposta a ser lançado no sistema deverá ser global para os 60 meses de vigência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-SC - Compras.gov.br	24	UNIDADE	R\$ 4.570,0000	25/11/2025	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92630705900082025	25/11/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Assessoria Contábil para o CAU/SC

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	926307	SISPP	Pregão

Fornecedor
RL ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL E FINANCEIRA E AUDITORIA INDEPENDENTE LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Consultoria e Assessoria - Contábil

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 20ª REGIAO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 7.120,5900	24/11/2025	Não

Id da Compra

92664507000012024

Comprado em

24/11/2025

Nº do Item

1

Objeto da Compra

C1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil no âmbito do Conselho Regional de Psicologia – CRP 20.

Esfera

Federal

UASG

926645

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

CONTROLLER CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e Assessoria - Contábil Consultoria e Assessoria - Contábil

Locais de Entrega

UF / Município

AM/Manaus

Logradouro

Rua Professor Castelo Branco

CEP

69055090

Quantidade

12

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-MT - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 6.500,0000	16/11/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92639507000192025

16/11/2025

1

Contratação de serviços continuados de assessoria contábil com experiência em contabilidade pública, visando suprir as necessidades do CREFITO-9. O contrato vai abranger as áreas contábil, patrimonial, fiscal, tributária, de pessoal e de prestação de contas, incluindo o processamento da folha de pagamento, apuração de tributos, elaboração de obrigações acessórias, balancetes, demonstrações contábeis e suporte técnico para a prestação de contas ao TCU.

Esfera

Federal

UASG

926395

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

ESCRITORIO CONTABIL RP LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Consultoria e assessoria - contábil

Locais de Entrega

UF / Município

MT/Cuiabá

Logradouro

Rua Dois

CEP

78049911

Quantidade

12

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 21ª - PI - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 6.000,0000	16/11/2025	Não

Id da Compra

Comprado em

Nº do Item

Objeto da Compra

92986407000252025

16/11/2025

1

Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, em caráter continuado, contemplando: - escrituração contábil completa; - análise, orientação e revisão de lançamentos contábeis; - suporte técnico na elaboração de relatórios contábeis e fiscais obrigatórios; - adequação da gestão contábil aos padrões estabelecidos pela STN, TCU, CGU e Tribunais de Contas; - apoio na interpretação e aplicação das normas atualizadas de contabilidade pública; - atendimento a diligências e auditorias dos órgãos de controle; - organização e controle das rotinas do departamento pessoal, em conformidade com as normas vigentes; - organização e controle do acervo patrimonial da Autarquia.

Esfera

Federal

UASG

929864

Forma

SISPP

Modalidade

Inexigibilidade

Fornecedor

OSVALDO CARNEIRO DE SOUZA JUNIOR

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

-

Compra

[Acesse a compra](#)

Critério Julgamento Item

Sem critério de julgamento

Descrição Detalhada

Consultoria e assessoria - contábil Consultoria e assessoria - contábil

Locais de Entrega

UF / Município

PI/Teresina

Logradouro

Rua Desembargador Adalberto Correia Lima

CEP

64050260

Quantidade

12